

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

ATA NÚMERO TRÊS DE 2018

Ao vigésimo quarto dia, do mês de julho, do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Ordinária no edifício da União de Freguesias de Souselas e Botão, na Rua Frei Francisco Macedo, em Botão, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de Convocatória emitida a dezasseis de julho de dois mil e dezoito:

Ponto um – Período antes da ordem do dia nos termos do artigo 52º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

Ponto dois – Leitura, apreciação e votação da ata da Assembleia de 30 de Abril de 2018;

Ponto três– Apresentação e apreciação da informação do Presidente da União de Freguesias de Souselas e Botão acerca da atividade desenvolvida por esta e sua situação financeira nos termos da alínea e) do nº2, do artigo 9º, da lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto quatro– Apresentação, discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2018, nos termos da alínea a), do nº1, do artigo 9º da lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto cinco- Apresentação, discussão e votação do protocolo a celebrar entre a União de Freguesias de Souselas e Botão e a Associação Desportivo de Souselas, nos termos, da alínea i), do nº 1, do artigo 9º, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto seis– Apreciação e votação de proposta de venda de eucaliptos situados no baldio nº13, na Relva da Mouca, no Outeiro do Botão, propriedade desta União de Freguesias, nos termos da alínea e), do nº1, do artigo 9º, da lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto sete- Intervenção do público nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 49º da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença de sete dos nove Membros da Assembleia de Freguesia: Miguel Monteiro, João Marques, Maria Conceição Ferreira, Hélder Vieira, Henrique Farelo, Olga Moura e José Figueiredo. Com ausência justificada de Regina Oliveira e Carla Oliveira. Os dois elementos, suplentes, representantes do PSD não compareceram nem justificaram a sua ausência.

Registou-se também a presença de dois elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Soares e da Secretária Leónia Forte.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Miguel Monteiro, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos, cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Começou por ler as justificações das faltas relativas à assembleia anterior e às faltas da presente assembleia.

No ponto um, tomou a palavra Olga Moura informando toda a assembleia que havia contactado o presidente da assembleia para pedir esclarecimentos sobre a falha de marcação de assembleia ordinária no mês de junho. Pediu que Miguel Monteiro esclarecesse toda a assembleia sobre esta matéria. Informou também que ao contacto efetuado Miguel Monteiro respondeu que para os devidos efeitos se encontrava programada assembleia para o dia 24 de julho uma vez que por motivos pessoais tinha estado ausente durante duas semanas e também porque havia dossiers por fechar por parte do executivo. Miguel Monteiro afirmou que não sentiu que este atraso na marcação da assembleia prejudicasse a freguesia. Olga Moura comenta a resposta que recebeu, dizendo que os motivos pessoais não se podem sobrepor à lei e que todos os elementos podem ser substituídos. Afirma-se estupefacta por o presidente da assembleia não considerar que infringir a lei não é um ato que prejudique a freguesia. Pediu de seguida, que o regimento aprovado em assembleia na condição de ser corrigido, fosse facultado à assembleia de freguesia. Afirmou que teve gosto em

participar no aniversário do espaço cultural, considerando ser um espaço agradável. Mas mantém a sua opinião sobre este espaço e refere que pelas elevadas despesas, constantes dos documentos disponibilizados à assembleia, e afirma não poder deixar de demonstrar preocupação pedindo ao presidente do executivo que apresentasse o contrato de arrendamento e/ou o contrato de promessa de compra e venda de forma a elucidar a assembleia sobre os elevados montantes da despesa com este espaço. Miguel Monteiro, pergunta se Olga Moura quer concretizar quais os valores dos montantes a que se refere. Olga Moura responde que não quer concretizar. De seguida Olga Moura diz visitar algumas vezes o mercado de Souselas e verifica com agrado o aumento de novos negócios a aparecer nesse espaço. Pede que se esclareça se o mercado tem licenciamento e se existem contratos assinados com os proprietários dos estabelecimentos. Por último faz reparos à falta de limpeza da União de Freguesias, referenciando o espaço junto à IP3 que noutros tempos era utilizado como espaço de lazer por idosos e que neste momento não se encontra em condições de ser utilizado. De seguida falou José Figueiredo que questionou também sobre o regimento da assembleia de freguesia e sobre as limpezas da freguesia, focando o espaço junto ao posto médico. Questionou o executivo sobre a data da abertura da sede da junta em Souselas. Comentou também sobre a realização da assembleia fora do prazo, dizendo ser lamentável, pedindo cuidado ao cumprimento das datas. Miguel Monteiro usou da palavra dizendo que a assembleia ao ser realizada em julho poupa uma presença a ser paga aos deputados por se realizar menos uma assembleia. Diz também que segundo um parecer do CCDD nem sabe se violou a lei, uma vez que este parecer diz que está prevista a realização de assembleia em junho. Não diz que é obrigatório. No entanto, afirma que se falhou, não tem problema em assumir. Contudo, considera que este atraso na data não traz nenhum prejuízo para a freguesia. Afirma que acha lamentável o aproveitamento político feito pela deputada Olga Moura e pelo seu partido sobre esta situação, informando que a concelhia do PS emitiu dois comunicados, a exigir diligências sobre este atraso, tendo um deles sido publicado no jornal, este último a dizer que o presidente da assembleia tinha sido obrigado pelos elementos do PS a marcar a assembleia. O que era falso porque em data anterior aos comunicados o presidente da assembleia já tinha informado Olga Moura que a assembleia já tinha data marcada. De seguida Miguel Monteiro desafiou Olga Moura, como representante do PS na assembleia de freguesia, a esclarecer a situação da dívida da extinta freguesia do Botão, explicando o porquê do valor ter diminuído de 120.000€ para 60.000€ considerando que Olga Moura tem dever moral e político para esclarecer a freguesia sobre esta situação.

Rui Soares usa a palavra e responde a Olga Moura dizendo que as despesas com o Espaço Cultural não são assim tão elevadas e que aquele espaço é onde está agora a funcionar uma delegação da junta de freguesia. Recorda que quando se terminaram as obras e a inauguração estava marcada, a Câmara Municipal mandou uma fiscalização às obras feitas no edifício, ato ridicularizado até pelo próprio fiscal, uma vez que as obras tinham sido de pouca relevância. Rui Soares considera que esta fiscalização foi uma tentativa de boicote ao Espaço Cultural por parte da Câmara Municipal. Diz que os documentos solicitados serão facultados à assembleia. Quanto ao Mercado de Souselas informou que ainda se está a afinar o funcionamento do mesmo, mas que está tudo em ordem, sendo prova disso não ter sido encontrada qualquer irregularidade por parte da ASAE aquando de uma fiscalização surpresa ao mercado. No que toca às limpezas afirma que é o único a pedir mais dinheiro para este fim nas assembleias municipais e que mantém a proibição de utilização de produtos fitofarmacêuticos. Assume que pode haver falhas, mas que tenta sempre acudir às localidades onde há festas e a outros locais que vai considerando serem mais urgentes. Quanto ao espaço junto ao IP3 assume que não lhe tem dado muita importância por achar que esse espaço é perigoso, dada a proximidade com o IP3. No tocante à abertura da sede da junta em Souselas, considera que não é uma situação urgente uma vez que a delegação de Botão tem boas condições. Acha mais prioritária

Handwritten signatures and initials at the top of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and a signature on the right with a circled 'D' next to it.

à expansão do posto médico numa altura em que se prevê o aumento dos utentes a usar o posto médico. Para a situação da sede, pensou fazer parceria com a Caixa Geral de Depósitos no sentido de estes cederem o espaço desocupado pelo banco para que se instalasse lá a junta de freguesia. Um engenheiro avaliou o edifício em 147 mil euros, valor este que é incomportável para a junta. Partilhou com a assembleia, a ideia de ceder o espaço em Souselas destinado à junta de freguesia à GNR para que finalmente o posto passe para Souselas como está programado há bastantes anos. Daí dizer que a abertura da sede em Souselas não tem sido um assunto prioritário. Falou de seguida José Figueiredo, lamentando que se andassem a discutir problemas partidários na assembleia. Diz que gosta muito do partido que representa, mas que na assembleia está como José Figueiredo e para defender as populações. Pede para que se evitem picardias no decorrer das assembleias. Olga Moura, pede a palavra e diz que não é de picardias. Está a defender o PS, mas que tem princípios de cidadania que se sobrepõem ao partido e que espera que o PS fique dignificado ao ser representado por si.

No ponto dois, foi lida e votada a ata da sessão anterior. A ata foi aprovada por maioria com uma abstenção de João Marques. João Marques justificou a sua abstenção com a ausência nessa assembleia.

No ponto três, Rui Soares informa que embora nos corredores da câmara todos reclamem a falta de verbas para limpeza das freguesias, é ele o único a reivindicar mais verbas para este fim. Afirmou que as tasquinhas voltaram a ser um sucesso, tendo a junta feito um esforço para ajudar as coletividades, tendo pela primeira vez existido espaço já montado para as cozinhas. Sobre os precários, só falta assinar os contratos para concluir todo o processo. Foi enviado um ofício à camara com lista de ruas a necessitar de repavimentação. Decorrem negociações com a ARS Centro para aumento das rendas do espaço usado no posto médico. A junta recebeu um projeto das Águas de Coimbra para resolver problema das águas pluviais na Rua do Cimo em Souselas. A IV edição da prova de Enduro em Souselas voltou a ser um sucesso. Alertou que a organização está a ser aliciada a levar o evento para Penacova ou Mealhada. Diz que este sucesso só é possível graças ao esforço do Sr. Eugénio Cação e ao apoio do executivo da junta. Informou também sobre a inauguração do Hangar da Mata de São Pedro, espaço simples mas que tem o seu valor, e que a junta só pôde ajudar na construção do hangar porque o executivo do ano anterior não caiu. Sobre a praia fluvial informou que falta limpar uma berma, mas que está em funcionamento. Diz que o valor total de cada limpeza, fica entre os 200 e os 300 euros. Intervém José Figueiredo dizendo que Rui Soares desde o início do mandato que desanca no presidente da câmara, Manuel Machado, e no representante do partido que mantém o equilíbrio no funcionamento da câmara municipal. Pede que Rui Soares reveja a sua postura porque esta é prejudicial para a freguesia. Lamenta que o facto de na assembleia existir uma maioria absoluta que leva a que o presidente do executivo se limite a falar mal do Presidente da Câmara e do funcionamento da câmara em si. Afirma que quando vir que a assembleia for para picardias e jogos políticos, que abandona e ver-se-á obrigado a ter que denunciar a situação. Olga Moura afirma que é crítica tanto na assembleia de freguesia como no seio do seu partido, porque sente que só assim o partido pode melhorar. Na assembleia de freguesia, é ativa, apesar de saber que a sua opinião é pouco relevante porque há uma maioria absoluta que passa todas as propostas. Questiona de seguida Rui Soares, se da parte da Câmara Municipal não foram aprovadas obras para a freguesia, uma vez que estas não foram mencionadas. Considera, na sua pessoa, que falta algum apoio da Câmara para desenvolvimento de atividades culturais, desportivas entre outras, mas pede que quando a câmara dá apoios a junta tenha esse reconhecimento. Fala de seguida sobre o hangar da Mata de São Pedro, aplaude o apoio da junta no trabalho nos baldios da Mata de São Pedro, mas observa que mesmo que o executivo da junta tivesse caído o projeto poderia ter continuado por mãos da comissão de partes, porque a última palavra é sempre da comissão de partes. Falou

de seguida João Marques, que concordou com o que foi dito em momentos anteriores, de que há comentários durante as assembleias que fazem desviar o foco do que realmente interessa que é debater os problemas da freguesia. Afirma que tem a vantagem de não estar filiado a nenhum partido e que apesar de haver uma maioria absoluta na assembleia, o executivo sabe que todos os elementos que constituem essa maioria têm liberdade para pensar da forma que bem entendem, porque pense o que pensar nunca será expulso de nenhum partido que pode condicionar as suas decisões. Diz esperar poder dizer no fim do mandato que os representantes dos partidos nesta assembleia sempre atuaram de forma livre e nunca se deixaram manipular por ideias pré-concebidas de quem, ao contrário dos elementos da assembleia, pensa primeiro em si e não nos interesses dos cidadãos da freguesia. Usa a palavra Rui Soares, que respondendo a José Figueiredo, diz não ser de picardias. Foi e é colaborante com a câmara, mas irá sempre reivindicar o que considerar estar mal. Diz que o Dr. Manuel Machado não reúne com os presidentes de junta, e que sendo o concelho um conjunto de freguesias, quanto melhor estiverem as freguesias melhor estará o concelho. Diz que não omite as obras da câmara por querer esconder o que fazem, dando o exemplo da obra em Larçã, que era de 2017, onde a câmara pediu para a obra vir a assembleia de freguesia para que este órgão desse ordem para que se pudessem usar os baldios. De seguida pediram para se afixar um edital durante um mês, porque poderia haver quem fosse contra a realização da obra. Terminado esse prazo, pediram um parecer do ICNF, que é o que falta atualmente para a obra avançar. Dizendo bem da Câmara Municipal elogia o Dr. Carvalho dos Santos das Águas de Coimbra, com quem consegue ter uma relação cordial e resolver os problemas. No dia em que o presidente da câmara quisesse conversar abertamente com ele está disponível para tal, mas o Dr. Manuel Machado esquece-se que Coimbra não é só a Praça 8 de Maio, mas sim todas as freguesias. Rui Soares diz que há programada obra nos balneários do Campo do Calvário e a conclusão do Polidesportivo de Souselas. Obra esta que a câmara pretende que seja feita «à moda antiga» forma que a junta considera ir retirar funcionalidade ao espaço. Relativamente à obra da Curva da Zouparria, teve de ser a junta de freguesia a fazer o levantamento topográfico da obra uma vez que a Câmara Municipal não tem material para tal. A Câmara já aprovou o valor para essa obra estando o projeto quase resolvido.

No ponto quatro, Rui Soares explica que a revisão orçamental só contempla a integração do saldo de gerência no valor de 5817.49€ que será aplicado em despesa de capital, rubrica essa que passará a ter o valor de 182391.49€. Não havendo questões, procedeu-se à votação tendo-se registado uma maioria com abstenções de José Figueiredo e Olga Moura.

No ponto cinco, Miguel Monteiro começou por ler o protocolo. De seguida Rui Soares fez um enquadramento do protocolo, dizendo que este protocolo resulta de uma reunião entre a Junta de Freguesia e a direção da Associação Desportiva de Souselas (doravante designada ADS). O protocolo foi a assembleia geral da ADS, onde os pontos foram discutidos tendo-se obtido dessa assembleia um documento mais extenso do que o que estava programado inicialmente. A ADS falou com um jurista para que este elaborasse o protocolo. Foram feitas algumas alterações e que, caso o protocolo seja aprovado em assembleia de freguesia, terá de voltar a ser votado em assembleia geral da ADS. O facto de a junta prever investir perto de 90000€, distribuídos em duas fases, torna fundamental a existência de um protocolo que salguarde a junta e as coletividades da freguesia no futuro. Apesar de alguns sócios fundadores da ADS dizerem que há partes do campo que foram doadas por estes e haver dinheiro investido por pessoas singulares, Rui Soares recorda que se não fosse o campo estar em nome da Junta, quando houve o problema com o Fisco teria acontecido à ADS o mesmo que aconteceu com o Académico do Paço. Aproveita para revelar que se encontra a ser feito um levantamento da sede do Académico do Paço, e que este imóvel passará para o nome da União de Freguesias de Souselas e Botão no futuro. Isto acontece porque nunca a sede mudou para nome do Académico do Paço, o que levou a que este imóvel não tivesse sido vendido em hasta pública



juntamente com o campo de futebol. Relativamente ao protocolo com a ADS, a junta pediu ao seu advogado para que este analisasse o documento de forma a que se garantisse que tudo ficava redigido de forma correta. Falou de seguida José Figueiredo, dizendo que o protocolo só realça o lado da junta, mas não se sabe qual a posição da ADS quanto ao mesmo. Deve-se também salvaguardar as restantes coletividades da freguesia para que estas possam também usufruir de um espaço que é da freguesia. Diz que tem medo do protocolo, porque dando o exemplo do protocolo com a Casa do Povo de Souselas, este era constantemente violado. Hélder Vieira, considera que no protocolo deveria salvaguardar-se mais o Centro Social de Marmeleira (doravante designado por CSM) por esta ser até há bem pouco tempo a única coletividade com futebol sénior na freguesia. Tendo já sido negado neste ano, por parte da ADS, que o CSM utilizasse o campo do Calvário uma vez que a ADS irá aumentar o número de equipas. Esta rejeição por parte da ADS só foi mudada após intervenção do presidente da junta. Acha que havendo o protocolo este deveria salvaguardar a equipa de futebol sénior do CSM. Acha que o prazo de 30 anos renováveis automaticamente é demasiado tempo porque juntas de freguesia futuras podem não concordar com este protocolo. Em resposta a Hélder Vieira, João Marques diz que sendo alguém que está a ver o protocolo de uma posição neutral, diz que discorda quase na totalidade com Hélder Vieira por considerar que a junta de freguesia tem por obrigação redigir um protocolo que salvaguarde a generalidade das associações da freguesia. Diz que se há constrangimentos entre o CSM e a ADS, que se deve elaborar um protocolo entre estas duas entidades para resolver os ditos constrangimentos. Afirma que se há coletividade que tem de ser salvaguardada no protocolo entre a junta de freguesia e ADS é a própria ADS por ser a entidade que ao longo do tempo investiu dinheiro no campo do Calvário. Diz que nestas condições é completamente contra e que votará contra o protocolo se a União de Freguesias falar noutras entidades no protocolo que não a ADS e a própria junta de freguesia. Considera que a junta trata de salvaguardar os interesses gerais da população e depois cada associação terá de trabalhar por si e procurar chegar a entendimentos. Por fim, diz achar interessante saber qual a posição da assembleia geral da ADS quanto ao protocolo, mas não sendo possível não considera esse facto impeditivo para que se possa votar o documento. José Figueiredo diz que apesar de haver dinheiro e tempo investidos por pessoas singulares, há no Campo do Calvário dinheiros públicos investidos. Dinheiros esses que são de todas as localidades da freguesia. E quando assim é, as restantes coletividades estão sempre em desvantagem perante a ADS. Pensa que a ADS tem de ser a coletividade mais salvaguardada no protocolo, mas as restantes também não podem ser esquecidas. Rui Soares diz que enquanto presidente do executivo da junta, tem tentado orientar as pessoas de forma a evitar quezílias entre as direções da ADS e do CSM. Confirma que a ADS chegou a dizer que o CSM teria de procurar outro campo para jogar a sua equipa sénior, porque iriam ter mais uma equipa e que se calhar não haveria horários para que o CSM usasse o campo. De seguida lê mensagem enviada a dirigentes da ADS onde pede para chegarem a um entendimento, e que se lembrem que o CSM já joga no campo do Calvário a algum tempo. Diz que estará sempre disponível para ajudar a resolver os problemas que possam vir a surgir. E lembra até que a ADS não tem qualquer interesse em criar conflito com as localidades da freguesia porque tem nas suas fileiras, atletas que provêm exatamente destas localidades. Afirma que o protocolo salvaguarda todas as coletividades. Diz que todas as pessoas que estão na direção das coletividades têm de ser enaltecidas porque apesar de tudo dão o seu tempo em prol das localidades. O protocolo salvaguarda a freguesia, porque prevê que em qualquer falha por parte da ADS a junta recupera a gestão do Campo do Calvário. Miguel Monteiro falou de seguida e diz que da maneira que o documento está redigido, o seu sentido de voto será a abstenção. Considera haver pontos a ter que ser melhorados. Tendo por base a clausula quatro do protocolo, diz que não pode haver situações a combinar, tem que ficar tudo previamente definido. Diz que para esta clausula a ADS tem que ter



uma tabela de taxas previamente definida e aprovada em assembleia geral do clube. Intervém Leónia Forte e diz que considera que esses valores devem ser definidos num protocolo entre a ADS e as outras entidades interessadas na utilização do campo. Miguel Monteiro depois refere a clausula seis, dizendo que deve ser previsto nesta clausula que as intervenções de maior dimensão devem ter sempre que passar pela assembleia de freguesia e pela assembleia geral do clube. Rui Soares diz que todas as obras feitas pela junta têm de passar pela assembleia de freguesia. Miguel Monteiro sugere que todas as épocas seja feita uma planificação com todas as horas de utilização do campo e que se anexe sempre ao protocolo. Rui Soares considera que essa planificação é impossível, porque há sempre necessidades ao longo do ano que são impossíveis de prever no início do ano. Diz que como em tudo, neste protocolo também tem que imperar o bom senso entre as partes. Intervenção de seguida Olga Moura questionando se não há um protocolo entre a Câmara Municipal de Coimbra e a ADS. Rui Soares diz que desconhece que haja tal protocolo. Olga Moura foca de seguida o ponto 10 do preambulo, dizendo que conhece de perto a situação dos valores gastos pela câmara na resolução do problema do IVA que houve com a construção dos sintéticos em alguns campos da região. Questiona se o ponto 10 do preambulo não pode vir a prejudicar os dirigentes da ADS e diz que este ponto nem faz sentido constar do protocolo, uma vez que já está resolvido. Diz que a fazer parte, que ao menos se escreva que é uma situação que já foi solucionada com a intervenção da câmara municipal. Rui Soares explicou de seguida que o campo está como está, devido à colaboração entre a junta de freguesia e a direção que reativou a ADS, tendo a junta investido cerca de 30000€ nas bancadas. Quando foi necessário comprar mais terreno para a construção do sintético foi a ADS que avançou o dinheiro para essa compra. Com esse alargamento conseguiu-se o sintético. Com o sintético surgiu o problema do IVA para a ADS e alguns outros clubes. Nessa altura a câmara municipal, que foi quem originou o problema, tentou resolver o problema assinando protocolos que previam transferências mensais de cerca de 7000€ para os clubes envolvidos na situação. Em 2013 quando tomou posse, o novo executivo camarário resolveu travar os protocolos que haviam então sido assinados. Para tentar ajudar a câmara municipal a resolver o problema, Rui Soares e José Cação foram ter uma reunião com o Sr. Vereador Dr. Carlos Cidade, onde foi propor que se aproveitasse a amnistia fiscal que decorria na altura. Esta amnistia previa que quem pagasse as dividas às finanças ficaria ilibado de pagar os juros e as coimas a que já estariam sujeitos. O Dr. Carlos Cidade disse que essa solução não era viável porque a câmara não pode dar dinheiro aos clubes para pagamento de impostos. Ao que Rui Soares respondeu que não seria uma questão de pagar impostos, mas sim de pagar o resto da obra. Porque na altura só se pagou o valor sem IVA do total que foi faturado, faltando assim pagar o IVA que vinha no valor faturado. Não aceitando isto, a câmara não poupou cerca de 25 ou 30 mil euros aos clubes. De acordo com essa decisão, como o Campo do Calvário é pertença da junta e a ADS não tem património, as finanças já estavam a ir ao encontro do património pessoal dos diretores da ADS de forma a recuperar a dívida. A junta entrou em cena e após aprovação em assembleia de freguesia, deu o Campo do Calvário como garantia às finanças para dessa forma salvaguardar o património pessoal dos dirigentes da ADS. Depois para resolver a situação a Câmara Municipal entrou em cena, dando dinheiro aos clubes através da Associação de Futebol de Coimbra, para realização de torneios de futebol infantil. Pagando assim aos clubes o valor que era preciso para liquidar o problema com as finanças. A situação ficou dessa forma resolvida. A junta já solicitou às finanças o distrato do campo, para que este deixe de estar hipotecado. Olga Moura, diz então que é importante ressaltar que a câmara municipal resolveu o problema, uma vez que Rui Soares disse insistentemente que tinha sido a junta a resolver. Rui Soares volta a destacar que o protocolo serve mesmo para salvaguardar toda a freguesia. Maria Conceição Ferreira, questionou se mesmo com as compras feitas pela ADS no campo, o imóvel se mantém propriedade total da junta. Rui Soares explicou que quando se comprou a área que faltava ao campo para receber

ô sintético, a junta propôs que se fizesse uma escritura direta para a ADS. O que não foi possível, porque ou se vendia o artigo por inteiro ou não se poderia vender. Foi então feita uma retificação de área, antes de se fazer o sintético, colocando tudo em nome da junta de freguesia. Pergunta Maria Conceição Ferreira se pode ser considerado ilegítimo colocar tudo em nome da junta. Rui Soares responde que não, mesmo que uma parte do terreno tenha sido comprada. E que por isso é que foi feito o protocolo para dar direito de gestão sobre o campo à ADS, com a salvaguarda de a junta poder supervisionar e em caso de incumprimento poder retirar o campo da alçada da ADS. Rui Soares diz também que o campo em nome da junta beneficia a ADS também, porque o imóvel vale cerca de 350 mil euros e se a ADS tivesse de pagar IMI seria mais uma despesa acrescida. Terminada a fase de esclarecimentos procedeu-se à votação. Foi aprovado com dois votos a favor (João Marques e Henrique Farelo), quatro abstenções (Miguel Monteiro, Maria Conceição Ferreira, Hélder Vieira e José Figueiredo) e um voto contra (Olga Moura). Olga Moura disse entregar a justificação do voto contra por escrito. Miguel Monteiro e Hélder Vieira justificam a sua abstenção com base nas questões que levantaram na fase de discussão do protocolo.

No ponto seis, Rui Soares explica que o que se pretende é que a assembleia autorize que a junta faça um edital que permita às pessoas fazer propostas para a compra dos eucaliptos. Interveio de seguida José Figueiredo que questionou se o terreno é mesmo baldio. Rui Soares respondeu que sim. José Figueiredo diz que do que conhece da lei a junta pode gerir o terreno em caso de não existir comissão de compartes, mas os dinheiros que forem obtidos desta gestão são para ser utilizados na comunidade a que pertence o baldio. Rui Soares diz que os eucaliptos têm de ser cortados porque estão a uma curta distância da habitação mais próxima e que os dinheiros obtidos serão para ser empregues na localidade onde estão os eucaliptos (Outeiro do Botão). Olga Moura questiona Rui Soares se já se reuniu com a população do Outeiro para discutir o assunto. Rui Soares diz que já teve algumas reuniões e que há um espaço que tinha sido cedido verbalmente pela junta de Botão a um freguês. Esse freguês abdica do espaço para a povoação o usar para arrecadação das coisas das festas bem como para dar apoio à Capela. Estão a decorrer também obras na capela e o dinheiro pode também ser utilizado para essas obras. Olga Moura é conhecedora do espaço e sabe que necessita de ser cortado, mas afirma que, de acordo com a lei dos baldios, não havendo uma comissão organizada a junta necessita de ter um documento escrito por uma assembleia de compartes (que são os moradores da localidade) que delegue na junta de freguesia o direito de poder gerir aquele espaço. Diz de seguida que não existe propriedade nos baldios, existe sim uma gestão de baldios. À luz da Constituição da República Portuguesa, há juridicamente diferentes patrimónios, como o património público e o património comunitário. Património este que por usos e costumes é pertença de uma população. Ainda que não estejam organizados, é sempre à população que compete decidir sobre os baldios. Por isso mesmo, Olga Moura diz não caber à assembleia de freguesia decidir sobre os baldios, mas sim à população do Outeiro do Botão. Qualquer decisão tomada sobre o baldio em causa na assembleia, pode ser passível de ser anulada num momento seguinte por uma assembleia de compartes. Miguel Monteiro questiona Olga Moura sobre o que diz a lei nos casos em que não há uma comissão de compartes. Olga Moura responde que se tem de criar uma assembleia de compartes. Miguel Monteiro volta a questionar quem gere os baldios na ausência de comissão de compartes. Olga Moura responde que quem gere, incorretamente, são as juntas de freguesia. Porque para ser correto tem que haver assembleia de compartes que delegue poderes à junta poderes para gerir os baldios. Rui Soares diz que no caso em questão, não há problema porque essa conversa já foi tida com a população do Outeiro do Botão. Henrique Farelo questiona se não há urgência em cortar os eucaliptos por estarem perto das casas e se essa situação não ultrapassa qualquer uma outra. Não havendo mais ninguém a querer intervir, procedeu-se à votação. Foi aprovado por maioria com dois votos a favor (Miguel Monteiro e

Henrique Farelo), quatro abstenções (João Marques, José Figueiredo, Hélder Vieira e Maria Conceição Ferreira) e um voto contra (Olga Moura). José Figueiredo justifica a sua abstenção com o facto de os eucaliptos estarem a criar perigo junto das casas, mas frisa que o dinheiro deve ser utilizado na localidade. Olga Moura pediu para entregar a justificação do voto por escrito.

No ponto sete, começou por intervir o Sr. Rui Simões dizendo que o espaço para arrecadações a que se referiu Rui Soares não tem espaço para nada e que há três anos numa reunião por causa do avanço da A13 e consequente diminuição da zona edificante, tinha sido falado da utilidade a dar a esse espaço e foi dito que isso era um assunto resolvido, mas no fim de contas continua tudo por resolver. Considera que se for dada uma reparação ao edifício e for atribuído à comissão de festas é um ato bem feito. Sobre o baldio o Sr. Rui Simões acha que sem ninguém falar já devia estar limpo e que sobre os eucaliptos podem-se vender, mas que primeiro há que reunir com as pessoas do Outeiro. De seguida pergunta uma situação relacionada com o cemitério de São Martinho do Pinheiro, quando quis ir lá depositar as cinza do pai foi informado que estava ilegal. Questiona o presidente do executivo sobre o que está ilegal na campa da mãe. Rui Soares diz desconhecer a situação e que vai questionar a funcionária para se esclarecer. O Sr. Rui Simões diz saber qual o problema. E o problema remonta ao início do mandato anterior porque o tesoureiro da altura, atual presidente da assembleia de freguesia, era chamado pelo presidente do executivo de «Escumalha do PS» e daí nada ter corrido bem no primeiro ano de mandato. Por considerar ter sido uma vergonha a situação referente à campa dos pais pede ao presidente da assembleia que se demita. De seguida falou o Sr. António Almeida sobre o protocolo entre a junta e a ADS diz que há muita polémica e dúvida que o protocolo avance e que a prova disso é a votação que ocorreu na assembleia, tendo o protocolo sido aprovado apenas por dois elementos. Diz não concordar com o Miguel Monteiro em haver uma tabela de taxas, diz que deve haver sempre acordo entre as várias partes interessadas tendo sempre a junta como intermediário destes acordos. Diz que em relação à salvaguarda da utilização do campo, que no dia em que a direção da ADS, a direção do CSM e a junta se sentaram para conversar, o presidente da ADS tirou o mapa de utilização do campo e impôs logo um único dia por semana para treinos do CSM. Só com a intervenção do presidente da junta foi possível arranjar outra solução. Considera que se a ADS poder correr com o CSM para fora do Campo do Calvário não tem dúvidas que o farão à primeira oportunidade. Só não acontecerá porque o CSM não permitirá. Se o espaço é da freguesia e se é para ser utilizado por todos a ADS tem também de abdicar de certas coisas. De seguida falou a Sra. Sónia Cristina, que pediu que se tome atenção ao que é dito na assembleia, para que não se façam insinuações. Diz que quando não há comissões de compartes, tem que se ouvir a população para saber o que fazer relativamente aos baldios. Relativamente ao que tem sido dito sobre o campo do Académico do Paço diz que o aconteceu foi que a câmara nunca fez esforço para comprar o campo. A junta da altura nunca conseguiu reunir verba para cobrir licitações. Diz também que a junta de freguesia tudo fez para ter o campo e que perdeu a licitação no último segundo. Pede contenção a Rui Soares quando fala sobre este assunto porque as palavras dele nem sempre têm a melhor interpretação por parte da população.

Usou novamente da palavra o Sr. António Almeida abordando de novo o problema do Campo do Calvário, dizendo que em tempos se dizia que a Marmeleira em Souselas não jogava. Nos dias de hoje elementos da direção do ADS dizem que ainda vão ver se a equipa do CSM joga lá ou não. O Sr. António Almeida pede que a junta tenha atenção a estas situações, porque as coisas ainda se podem vir a complicar. Miguel Monteiro responde que a ADS sempre teve a gestão do campo e que este protocolo serve exatamente para salvaguardar as restantes coletividades.

Mais ninguém querendo intervir, deu-se por terminada a assembleia no dia 25 de julho pelas 00:27.

Botão, 25 de julho de 2018

Ass. Miguel Monteiro da Silva
Ass. Sónia Cristina
João Carlos Ferreira Marques
Henrique Fernando Sousa Santos
Rui Miguel Helder Cornelio
Olga Caterina Costa Hares